

RECURSO ESPECIAL Nº 1.472.969 - PR (2014/0199656-2)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF
RECORRIDO : EDUARDO FERREIRA DE ABREU CARDOSO
ADVOGADO : CLAUDIA SALLES VILELA VIANNA E OUTRO(S) - PR026744

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 325/326):

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADES CONCOMITANTES PRESTADAS SOB O RGPS. CONTAGEM PARA OBTENÇÃO DE APOSENTADORIA EM REGIMES DIVERSOS. EMPREGO PÚBLICO TRANSFORMADO EM CARGO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. BENEFÍCIO CONCEDIDO. CUMPRIMENTO IMEDIATO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA LEI 11.960/2009. ADI 4.357 E 4.425. EFEITOS.

1. *Transformados os empregos públicos em cargos públicos, o tempo anterior celetista foi automaticamente incorporado ao vínculo estatutário, mediante compensação entre os sistemas. Houve modificação da natureza jurídica do vínculo, mas não ocorreu solução de continuidade, tendo inclusive o Supremo Tribunal Federal reconhecido, como sabido, o direito dos servidores federais ao aproveitamento, no regime estatutário, sem restrições, do tempo anterior celetista.*

2. *A contagem do tempo de contribuição de empregado privado e como contribuinte individual no RGPS, não implicará violação aos arts. 94 e 96 da Lei n. 8.213/91, pois se está a tratar de contagem de tempo de serviço de atividade privada concomitante a emprego público convolado em cargo público. A situação em apreço não é a de dupla consideração da mesma atividade e das mesmas contribuições, e sim de concomitância de atividade com recolhimentos distintos, em caso de emprego público transformado em cargo público.*

3. *Para concessão de aposentadoria por idade urbana, não é necessário o implemento, simultâneo, dos requisitos carência, idade e qualidade de segurado para a concessão de aposentadoria por idade, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei 10.666/2003.*

Superior Tribunal de Justiça

4. *Para aplicação da tabela progressiva, não é necessário que o segurado esteja vinculado ao RGPS na data de publicação da Lei n.º 8.213/91, porque é exigência estranha ao dispositivo do art. 142, da referida lei. O requisito exigido é a filiação ao sistema previdenciário em momento anterior à Lei n.º 8.213/91.*
5. *Contado o tempo de serviço como empregado privado e contribuinte individual concomitante a emprego público convolado em cargo público, a parte autora preenche os requisitos legais, devendo ser concedida a aposentadoria por idade, desde a data de entrada do requerimento administrativo.*
6. *Determinado o cumprimento imediato do acórdão no tocante à implantação do benefício, a ser efetivada em 45 dias, nos termos do art. 461 do CPC.*
7. *A partir de julho de 2009, impõe-se: a) a observância do que decidido com efeito 'erga omnes' e eficácia vinculante pelo STF nas ADIs 4.357 e 4.425, restabelecendo-se a sistemática anterior à Lei n.º 11.960/09, ou seja, incidência de correção monetária pelo INPC; b) para fins de apuração dos juros de mora haverá a incidência, uma única vez (ou seja, sem capitalização dos juros moratórios), até o efetivo pagamento, do índice oficial de juros aplicado à caderneta de poupança, conforme entendimento firmado pelo STJ.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fl. 359).

Aponta o recorrente violação aos arts. 535, II, do CPC/73 e 96, II, da Lei 8.21/91, sustentando, além de negativa de prestação jurisdicional, a impossibilidade de "*considerar tempo de contribuição em Regime Geral de Previdência Social (RGPS) temporalmente simultâneo a outro tempo de contribuição considerado em regime Previdência de servidor público*" (fl. 372).

Afirma que "*O ordenamento proíbe a contagem do "mesmo" tempo de contribuição se as atividades são concomitantes, ainda que em regimes diversos de Previdência — RGPS e regime próprio de servidor público —, trazida ao ordenamento pelo art. 96, inc. II, da Lei n.º 8.213/91*" (fls. 373/374).

Aduz que "*não importa se a consideração de determinado tempo de contribuição ocorreu (i) em regime próprio estatutário ou (ii) em Regime Geral da Previdência Social (RGPS); se houve a consideração deste período por algum destes regimes previdenciários, o outro não pode considerá-lo e, portanto, também não pode expedir certidão de tempo de contribuição (CTC) que o englobe*" (fl.374).

Superior Tribunal de Justiça

Devidamente intimada, a parte recorrida apresentou contrarrazões ao recurso especial, conforme petição de fls. 388/395.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não comporta acolhida.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A seguir, verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto à questão de fundo, o Tribunal de origem entendeu pela possibilidade do cômputo do período 7/2/1975 a 21/12/1992, para a obtenção de aposentadoria junto ao RGPS, do tempo de serviço em que, de forma concomitante, o segurado verteu contribuições para o regime geral na condição de empregado público e de contribuinte individual, nos seguintes termos (fls. 310/311):

A controvérsia nos autos diz respeito à utilização de tempo de serviço como empregado e contribuinte individual para aposentadoria por idade, ainda que concomitante a tempo de serviço de emprego público transformado em cargo público, já utilizado para aposentadoria no regime próprio de previdência social.

Contagem de tempo de serviço como empregado e contribuinte individual concomitante a tempo de empregado público transformado em cargo público A parte autora exerceu o cargo de médico no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, no período de 07/02/1975 a 21/12/1992.

Conforme registrado em sua CTPS, o emprego público foi

Superior Tribunal de Justiça

transformado em cargo público, a contar de 21/12/1992 (Evento 1, CTPS36, fl. 1).

Nesse mesmo período, porém, o autor manteve vínculo empregatício com Uniclínicas Ltda., de 01/02/1975 a 29/08/1980 (Evento 1, CTPS35, fl. 1) e recolhimentos como contribuinte individual, comprovados mediante cópias digitalizadas de carnês de recolhimento, bem como microfichas da DATAPREV digitalizadas em registro das contribuições no CNIS (Evento 1, CARNEJNSS8-26, GPS27-31, OUT32-34, CNIS35-37).

Significa que a hipótese vertente nos autos trata de contribuição concomitante ao RGPS entre atividades de empregado privado, contribuinte individual e emprego público transformado em cargo público. Quando convertido o emprego em cargo público, as contribuições relativas ao emprego público foram utilizadas em contagem recíproca no regime próprio de previdência social instituído para o cargo público criado.

Diante dessa situação, a parte autora defende que não está vedada a utilização do tempo de contribuição como empregado privado e contribuinte individual para aposentar-se no RGPS, ainda que concomitante ao tempo de serviço desenvolvido em cargo público. Logo, a indagação que surge dessa situação é saber se cada tempo de serviço, em emprego público acumulado com atividade de empregado privado e contribuinte individual, pode ser utilizado em regime previdenciário diverso, para fins de concessão de aposentadoria.

A tese firmada na jurisprudência deste TRF da 4ª Região é no sentido de e considerar que a contagem de tempo de serviço se faz por períodos e não por vínculos:

(...).

Em recente decisão, entretanto, a Terceira Seção admitiu que atividades concomitantes prestadas sob o RGPS podem ser utilizadas para obtenção de aposentadoria em regimes diversos:

(...).

Nesse precedente, a Terceira Seção apreciou o caso de empregado público que exercia atividade privada concomitante e, posteriormente, teve seu emprego público transformado em cargo público. Entendeu, por maioria, que poderia ser utilizado o tempo de empregado público para concessão de aposentadoria em regime próprio e, simultaneamente, ser utilizado o tempo da atividade privada concomitante para aposentação no RGPS.

O caso dos autos trata de questão idêntica àquela analisada nesse precedente julgado pela Terceira Seção deste Tribunal.

Na linha do entendimento firmado, entendo possível que a parte autora possa utilizar o tempo de serviço como empregado privado e contribuinte individual, de 07/02/1975 a 21/12/1992 para aposentação no RGPS.

Superior Tribunal de Justiça

A reciprocidade da contagem de tempo de serviço, para ser efetivamente admitida, deve permitir que se faça, de um lado, a contagem do RGPS para o regime próprio, no caso de emprego público convolado em cargo público, e, de outro lado, a utilização do tempo de serviço da atividade privada no RGPS.

Admitir-se a contagem do tempo de contribuição de empregado privado e como contribuinte individual no RGPS, não implicará violação aos arts. 94 e 96 da Lei n. 8.213/91, pois se está a tratar de contagem de tempo de serviço de atividade privada concomitante a emprego público convolado em cargo público. A situação em apreço não é a de dupla consideração da mesma atividade e das mesmas contribuições, e sim de concomitância de atividade com recolhimentos distintos, em caso de emprego público transformado em cargo público.

Por essas razões, deve ser reformada a sentença para admitir que o tempo de serviço como empregado privado e contribuinte individual, de 07/02/1975 a 21/12/1992, não utilizado para aposentação no regime próprio, possa ser utilizado no RGPS.

Ao que se percebe, da leitura acima, o acórdão recorrido afirmou expressamente que não se trata de duplicidade, pois o tempo de serviço prestado pelo trabalhador no período de 7/2/1975 a 21/12/1992 não foi computado para o Regime Próprio, motivo pelo qual pode ser computado para fins de revisão da aposentadoria por idade percebida no RGPS, conforme requerido.

Partindo dessa premissa, o Tribunal **a quo** decidiu em sintonia com o entendimento firmado na Primeira Turma desta Corte, segundo o qual "*o exercício simultâneo de atividades vinculadas a regime próprio e ao Regime Geral de Previdência, havendo a respectiva contribuição, não impede o direito ao recebimento simultâneo de benefícios em ambos os regimes*" (**REsp 1.578.404/PR**, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 25/09/2019).

Corroborando o entendimento acima, anatem-se os seguintes julgados:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. POSSIBILIDADE DE CÔMPUTO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELO RGPS, AINDA QUE CONCOMITANTE COM O TEMPO DE SERVIÇO COMO EMPREGADO PÚBLICO, DESDE QUE NÃO UTILIZADO PARA A OBTENÇÃO DE APOSENTADORIA ESTATUTÁRIA. RECURSO ESPECIAL DO INSS A QUE SE

Superior Tribunal de Justiça

NEGA PROVIMENTO.

1. O art. 96, III da Lei 8.213/1991, veda que o mesmo lapso temporal, durante o qual o Segurado exerceu simultaneamente uma atividade privada e outra sujeita a regime próprio de previdência, seja computado em duplicidade para fins de concessão de benefício previdenciário no RGPS e no RPPS.

2. No caso dos autos, contudo, o acórdão recorrido consigna expressamente que a aposentadoria percebida pela Segurada pelo regime jurídico dos Servidores Estaduais do Paraná, pelo exercício do cargo de Médica, foi concedido sem a utilização de períodos de contribuição vertidos como contribuinte individual.

3. Assim, o acórdão recorrido está em harmonia com a orientação desta Corte, que afirma que o exercício simultâneo de atividades vinculadas a regime próprio e ao regime geral de previdência, havendo a respectiva contribuição, não impede o direito ao recebimento simultâneo de benefícios em ambos os regimes.

4. Recurso Especial do INSS a que se nega provimento.

(REp 1.571.742/PR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 07/05/2019)

PREVIDENCIÁRIO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. PROFESSOR. ATIVIDADES CONCOMITANTES. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. RECOLHIMENTOS DISTINTOS COMO EMPREGO PÚBLICO E CONTRIBUINTE INDIVIDUAL PARA O MESMO REGIME PREVIDENCIÁRIO. TRANSFORMAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO EM CARGO PÚBLICO. APOSENTADORIA ESTATUTÁRIA. AUSÊNCIA DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO EM DUPLICIDADE. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NO RGPS. POSSIBILIDADE. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes ao deslinde da controvérsia de modo integral e adequado, apenas não adotando a tese vertida pela autarquia previdenciária. Inexistência de omissão.

III - Como delimitado pelo tribunal de origem, não há que falar em contagem em duplicidade do lapso temporal durante o qual o segurado exerceu simultaneamente uma atividade privada e

Superior Tribunal de Justiça

outra sujeita a regime próprio de previdência, porquanto uma é decorrente da contratação estatutária e outra da condição de contribuinte.

IV - Não há óbice à utilização, para a obtenção de benefício previdenciário junto ao regime próprio de previdência social, do tempo de serviço como emprego público no qual houve recolhimento para o RGPS, exercido de forma concomitante com outra atividade na iniciativa privada, e, da mesma forma, é possível o aproveitamento do tempo de filiação ao RGPS, exercido na iniciativa privada e prestado de forma concomitante ao emprego público, para o deferimento de aposentadoria pelo INSS, mesmo que o período relativo ao emprego público já tenha sido computado na inativação concedida pelo regime próprio. Precedentes.

V - Recurso especial desprovido.

(REsp. 1.584.339/RS, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 3/08/2017).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONTAGEM RECÍPROCA. APROVEITAMENTO DE TEMPO EXCEDENTE. ARTIGOS 96 E 98 DA LEI 8.213/1991. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO

1. A norma previdenciária não cria óbice a percepção de duas aposentadorias em regimes distintos, quando os tempos de serviços realizados em atividades concomitantes sejam computados em cada sistema de previdência, havendo a respectiva contribuição para cada um deles. Interpretação dos artigos 96 e 98 da Lei 8.213/1991.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp. 1.567.535/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 15/12/2016).

PREVIDENCIÁRIO. INSTITUTO DA CONTAGEM RECÍPROCA. REGIMES DIVERSOS. CONTRIBUIÇÕES A CADA SISTEMA. DUAS APOSENTADORIAS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.

"A norma previdenciária não cria óbice a percepção de duas aposentadorias em regimes distintos, quando os tempos de serviços realizados em atividades concomitantes sejam computados em cada sistema de previdência, havendo a respectiva contribuição para cada um deles" (AgRg no REsp 1.335.066/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 6/11/2012). Súmula 83/STJ.

Agravo regimental improvido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no REsp 1.433.178/RN, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS DJe 26/05/2014)

E, no mesmo sentido, destaquem-se, ainda, as seguintes decisões: REsp 1.667.225/RN, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe de 14/03/2019, REsp 1.775.051/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe de 14/03/2019 e AREsp 1.432.669/PR, Rel. Min. MAURO CAPBELL MAQUES, DJe de 26/02/2019.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

